

Receita de ex-presidente

JORNAL DO BRASIL

16 SET 1988

Villas-Bôas Corrêa

Transitando pela trilha da coerência, o presidente José Sarney liberou o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, seu ex-desafeto político e atual correligionário dos mais exaltados e incondicionais, de constrangimentos para anunciar sua decisão de candidatar-se à vaga de senador na eleição de 1990, pois que não pretende disputar nenhum mandato depois de cumprir o de presidente da transição democrática.



Sarney não improvisou desculpa para contornar o desafio de um teste de urna meses após deixar o governo. A interpretação maliciosa pecaria duplamente por inconsistência e por agredir à verdade. Ora, o eleitorado maranhense já elegeu e reelegeu Sarney em pleitos majoritários para o Senado. O conterrâneo que deixa a presidência, cumprindo mandato assinalado por crises, dificuldades, a intercalar momentos de aprovação consensual nos 10 meses do cruzado com as horas amarguradas da inflação indomável, certamente que encontraria os caminhos do voto no orgulho pelo filho da terra que atingiu o mais alto cargo da República.

Antes de chegar à presidência por obra e graça do acaso, Sarney sustentava, em conversas com amigos, que ex-presidente não deve exercer nenhum outro cargo. A colocação não visava atingir nenhum alvo determinado, em tiro de sinuosa trajetória indireta. Expressava a convicção pessoal maduramente assentada. O ex-presidente não esgota seus deveres com o país. Ele alça à categoria de reserva moral, conselheiro a ser ouvido nos momentos difíceis para transmitir a palavra da experiência sofrida. Mas, para que tenha peso, necessita a escora da isenção, da imparcialidade. O distanciamento da militância política é essencial para resguardar a respeitabilidade, poupada dos desgastes da paixão e da controvérsia.

Mesmo a atividade privada, se possível, convém evitar e pelas mesmas razões que recomendam acautelar a imagem, conservando-a, intocável, na redoma protetora.

A exceção à regra é sua confirmação. Assim o ex-presidente Ernesto Geisel no seu gabinete de presidente da Norquisa vem acumulando muito mais respeitabilidade do que seu desastrado sucessor, o também e inesquecível ex, João Figueiredo, nas atividades extras e pouco ortodoxas dos lazeres da equitação, uma de suas ardentes paixões, cultivada nos ócios de tempo integral. Ou do prefeito e ex, Jânio Quadros, teimosamente obstinado em apagar da biografia a nódoa da renúncia, sem se dar conta que o tempo passa, deixando estragos nas rugas do rosto e nas ilusões do povo.

Como tese, a antiga receita de Sarney para ex-presidente tem a sua racionalidade e, claro, projeta-se com luz própria de grande oportunidade. Sarney é o

único candidato conhecido a ex-presidente. E é para já, dentro de mais exatos 18 meses, um ano e meio.

Candidatar-se ou não à senatória maranhense não é opção que se esgote no âmbito estadual.

A confirmação, oficializada pela imprensa jubilosa de Cafeteira, da decisão de não se candidatar, facilita o enquadramento do final do mandato de Sarney na moldura de objetivos nacionais facilmente identificáveis. A meta da consolidação democrática adquire prioridade absoluta. O mais são os meios para chegar lá.

Se o presidente pretende encerrar a atividade política, para dedicar-se aos seus livros, aos chás com bolinhos da Academia Brasileira de Letras, à curtição de sua ampla casa, arejada pelos ventos praiheiros de São Luís, está sinalizando a disposição de afastar-se desde já da briga eleitoral: agora, na campanha municipal e, ano que vem, na sua sucessão.

Não chega a ser novidade. Tudo aponta para a conveniência de Sarney permanecer à margem das duas disputas eleitorais até o fim do mandato. Ele nada tem a ganhar teimando em meter o bedelho onde não é desejado, correndo riscos de graça. As derrotas de candidatos abençoados pelo governo seriam debitadas à sua impopularidade. Nenhuma vitória seria creditada na sua conta.

Ano que vem, pior ainda. A sucessão estreará a exigência da maioria absoluta. Com toda a probabilidade de exigir o segundo turno para a decisão.

No primeiro turno, a 15 de novembro de 89, a inflação de candidatos não estimula o engajamento do governo. O PMDB do doutor Ulysses Guimarães desdenha, rejeita o apoio ostensivo de Sarney, preferindo a ajuda por baixo do pano, dissimulada, sinuosa, deslizando através das mordomias dos ministros do partido. Nessa hora não há ministro descartável: toda máquina será bem-vinda.

No segundo turno, curto e passional, confrontando dois classificados, a simpatia do Planalto será inútil e talvez desaconselhável. Em qualquer caso, não daria para arriscar palpite, com a temerária antecedência da prévia no meio do caminho.

Claro que o coração de Sarney penderá para um candidato e a preferência presidencial não resistirá à inconfidência intencional. Uma coisa, porém, é o presidente torcendo de camarote; outra, o governo acionado, à moda da casa, para viabilizar candidato oficial.

Conveniências, vantagens, bom senso, tudo, absolutamente tudo conflui para aprovar a decisão de Sarney de resguardar-se na imparcialidade, para ser poupado e aliviar o sufoco das pressões no trecho mais delicado do fecho da transição.

Parece, pois, decisão perfeita e acabada, todo um projeto de vida minuciosamente traçado, costurado com a linha de velhas convicções.

Mas — quantas vezes? — esquemas são alterados à última hora, sem razões aparentes, num repelão incompreensível, depois curtido em remorsos inúteis.